

Importância socioeconômica e cultural da COOPERVIDA na agricultura familiar do Rio Grande do Norte

Socioeconomic and cultural importance of coopervida in family agriculture of Rio Grande do Norte

Anna Catarina Costa de Paiva¹, Patrício Borges Maracajá², Aline Carla de Medeiros³, Rosilene Agra da Silva⁴, Altevir Paula de Medeiros⁵ e Cesar Carlos Martins da Silva⁶

Resumo: A realidade dos movimentos sociais é bastante dinâmica, diversa e complexa, há exemplo disso, foi o que o Brasil viveu em meados dos anos 1970 e 1980, ao qual tratou de um período em que os sujeitos sociais buscavam seus direitos políticos e igualitários, em virtude a resistência ao regime autoritário da época. Com o passar dos anos, ocorreu o surgimento de outras formas de organização popular institucionalizadas que tinham o propósito acessar uma democracia humanizada. Com base nessa conjuntura histórica e na luta oscilante do cooperativismo brasileiro, existe atualmente uma legislação específica. A Cooperativa de Assessoria e Serviços Múltiplos ao Desenvolvimento Rural – COOPERVIDA surgiu de um processo de debate forte e coletivo de uma nova proposta de assessoria técnica voltada para a base agroecológica e camponesa. Pensou-se no nome e na logo, ao qual tivessem uma maior representação da proposta a ser trabalhada na agricultura familiar, como sendo Cooper = Cooperativa, Vida = novo, onde a junção desses dois termos surgiu a COOPERVIDA. Já para a logo, partiu-se da ideia de terra que brota, mãos que ajuda a semear, transplante. Portanto, em 21 de novembro de 1999 nasceu a organização da referida pesquisa. Este trabalho tem como objetivo realizar o estudo sobre a importância socioeconômica e cultural da COOPERVIDA na agricultura familiar do Rio Grande do Norte. A metodologia utilizada foi o estudo de caso através de duas fases, uma exploratória e outra de análises de dados. Na primeira, houve o resgate no acervo documental, atas, contratos de projetos, registros fotográficos e, para corroborar com essas informações, fez-se entrevistas com auxílio de questionário norteador. O grupo de perguntas dependiam de acordo com a função exercida de cada sócio ou membro. A segunda fase, trouxe os resultados dos projetos executado, foram avaliados os quantitativos numéricos dos mesmos. As ações desenvolvidas pela cooperativa têm importância no fortalecimento da agricultura familiar, na economia solidária e nos processos de empoderamento das famílias, o que vem a contribuir com a geração de oportunidades de trabalho e renda no campo e conseqüentemente a redução do êxodo rural. Através da análise dos dados conclui-se que a Cooperativa de Assessoria e Serviços Múltiplos ao Desenvolvimento Rural – COOPERVIDA atendeu a 65.565 agricultores/as, 25 municípios do Rio Grande do Norte, em sete projetos com ações pautadas no campo da agroecologia, agricultura familiar, geração e gênero. Logo pode ser considerada como de suma importância para o setor. Na questão dos desafios, foi visto que a escassez em capacitação técnica profissional e a situação financeira são as dificuldades que oneram maiores cuidado, visto que foi citado por 14 entrevistados, já a via de acesso às comunidades não é um fator alarmante, posto foi citado apenas por um dos entrevistados.

Palavras-chave: Trabalhadores camponeses. Cooperativa. Movimento social.

Abstract: The reality of social movements is quite dynamic, diverse and complex, there are example of this was what Brazil experienced in the mid-1970s and 1980s, which dealt with a period in which the social subjects sought their political and equal rights in because resistance to the authoritarian regime of the time. Over the years, there was the emergence of other forms of popular organization institutionalized that were meant to access a humanized democracy. Based on this historical juncture and oscillating struggle of Brazilian cooperatives, there is now specific legislation. The Cooperative Assistance and Multiple Services to Rural Development - Coopervida came from a strong process of debate and collective of a new proposal for technical assistance focused on agroecology and peasant base. He thought up the name and the logo, which had a larger representation of the proposal being worked on family farms, as Cooper Cooperative = Life = new, where the combination of these two terms came to Coopervida. As for the logo, he departed from the land of idea that springs, hands that help to sow, transplant. So on November 21, 1999 was born the organization of such research. This paper aims to conduct a study on the socio-economic and cultural importance of Coopervida in family farming in Rio Grande do Norte. The methodology used was the case study through two phases, exploratory and other data analysis. At first, there was the rescue in the document collection, minutes, project contracts, and photographic records to corroborate this information, made up interviews with guiding questionnaire aid. The questions group depended according to the function performed each partner or member. The second phase brought the results of the projects implemented, evaluated the numerical quantity of the same. The actions

* Autor para correspondência

Recebido para publicação em XX/XX/XXX; aprovado em XX/XX/XXXX

¹Eng Agrônoma e M. Sc. pelo PPGSA – CCTA – UFCG – Pombal – PB, E-mail: ann.paiva@hotmail.com

²D. Sc. Prof do PPGSA – CCTA – UFCG – Pombal – PB, E-mail: patriciomaracaja@gmail.com

³Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Processos- PPGEP, UFCG, Campina Grande

⁴ D.Sc.Prof^a do PPGSA- CCTA- UFCG- Pombal- PB, rosileneagra@hotmail.com

⁵ Biólogo M. Sc. da UFERSA – Mossoró – RN E- Email: altevirpaula@ufersa.edu.br

⁶ Graduando em Engenharia de Alimentos-CCTA-UFCG-E-mail:cesaralimentos@gmail.com

developed by the cooperative are important for the strengthening of family agriculture, economic solidarity and empowerment processes of families, which is to contribute to the generation of employment and income opportunities in the field and consequently the reduction of the rural exodus. By analyzing the data it is concluded that the Cooperative Advisory and Multiple Services to Rural Development - Coopervida attended 65,565 farmers / the 25 municipalities of Rio Grande do Norte, in seven projects with actions based on the field of agroecology, family farming, generation and gender. Logo can be considered as very important for the sector. On the issue of the challenges, it was seen that the shortage in professional technical training and financial condition are the difficulties that burden greater care, since it was cited by 14 respondents, since the route of access to communities is not an alarming factor, since was quoted only one of the respondents.

Keywords: Workers peasants. Cooperativa. Social movement.

INTRODUÇÃO

O final das décadas 1970 e 1980 no Brasil foi tido como a temporada mais importante e significativa para a história dos movimentos sociais, lutas pelos direitos e novos projetos no país, trazendo assim um clima de esperança na rearticulação da sociedade civil e o povo como sujeito na transição democrática, tanto político quanto social. Gohn (2011) afirma que na realidade histórica, os movimentos sempre existiram, e cremos que sempre existirão. Isso porque representam forças sociais organizadas, aglutinam as pessoas não como força-tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais.

A partir de 1990, ocorreu o surgimento de outras formas de organização popular, mais institucionalizadas – como os Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, o Fórum Nacional de Participação Popular etc. Os fóruns estabeleceram a prática de encontros nacionais em larga escala, gerando grandes diagnósticos dos problemas sociais, assim como definindo metas e objetivos estratégicos para solucioná-los. Emergiram várias iniciativas de parceria entre a sociedade civil organizada e o poder público, impulsionadas por políticas estatais, tais como a experiência do Orçamento Participativo, a política de Renda Mínima, Bolsa Escola etc. Todos atuam em questões que dizem respeito à participação dos cidadãos na gestão dos negócios públicos. A criação de uma Central dos Movimentos Populares foi outro fato marcante nos anos 1990, no plano organizativo; estruturou vários movimentos populares em nível nacional, tal como a luta pela moradia, assim como buscou uma articulação e criou colaborações entre diferentes tipos de movimentos sociais, populares e não populares (GOHN, 2011).

A expressividade dessas lutas urbanas alcançaram o meio rural, um setor ainda marginalizado e com falta de direitos básicos do cotidiano, porém não deixando de relacionar o seu papel dentro da sociedade atual, logo, segundo Damasceno ; Khan ; Lima (2011) a agricultura familiar que exerce um papel fundamental no desenvolvimento social e no crescimento equilibrado do País. Os milhões de pequenos produtores que compõem a agricultura familiar fazem dela um setor em expansão e de vital importância para o Brasil. Todos os anos, a agricultura familiar movimenta bilhões de reais no País, produzindo a maioria dos alimentos que são consumidos nas mesas brasileiras. Além disso, contribui para a criação de empregos, geração e distribuição de renda e diminuição do êxodo rural. De modo a promover o acesso democrático aos recursos produtivos, reduzir as desigualdades e melhorar o bem-estar

das famílias inseridas no setor rural, o governo tem implementado diversos mecanismos de fomento à produção, combate à fome e geração de emprego e renda (DAMASCENO ; KHAN ; LIMA; 2011).

Dentre os principais mecanismos para o campo, a utilização jurídica e política de uma cooperativa é primordial, o que comprova Pinheiro ; Ribeiro Júnior (2015), que foram criadas cooperativas de trabalhadores, em que inexistia a figura do empregador e os seus próprios membros eram os responsáveis pela gestão da produção, que é o denominado modelo de autogestão. Destaca-se que a principal característica desses primeiros movimentos de cooperativismo e, que perdura nos modelos atuais, é a valorização do indivíduo no processo de produção, o que se torna possível por meio da reversão de lucros para os seus próprios membros.

Diante do exposto, objetivou-se estudar a importância socioeconômica e cultural da COOPERVIDA na agricultura familiar do Rio Grande do Norte.

Movimentos sociais

No Brasil, os movimentos sociais originam-se da resistência ao regime autoritário dos anos 1970, e sua construção coletiva se fez na forma de teia ou rede, articulando-se com outras organizações, tais como sindicatos e partidos políticos. Englobando o conceito de cidadania, a característica que se tornou mais forte foi a construção da 'cultura de direitos': a partir de lutas específicas e de práticas concretas, novos direitos criados ou inventados incorporaram-se à agenda política (AMARANTE ; DIAZ, 2012).

Segundo Doimo (1995), os movimentos sociais no Brasil, pós 70, se pautaram, principalmente, sobre as carências de sobrevivência imediata da população, porém a reflexão teórica produziu diversas interpretações que buscaram identificar qual seria a natureza desses novos movimentos, quais suas chances de sobrevivência e continuidade, e como avaliá-los. Neste contexto, surgiram três matrizes interpretativas que destacamos sob o enfoque da capacidade ativa e autônoma da sociedade:

- A inflexão estrutural-autonomista, que buscava a origem das ações em dois postulados básicos: as contradições urbanas têm o potencial de acionar o conflito principal da sociedade capitalista, na medida em que são determinadas pelo caráter classista do Estado, visto que este financia a reprodução do capital em detrimento da garantia de reprodução da

força de trabalho; a sociedade civil tem uma capacidade ativa no sentido de organizar-se autonomamente contra a tradição política autoritária, especialmente o regime autoritário. Impulsionados por essas premissas, surgem os novos movimentos sociais para, como novos sujeitos coletivos, autônomos e independentes, protagonizarem a possibilidade de transformação das relações capitalista de produção;

- A inflexão cultural-autonomista (1982-1983), que criticava o reducionismo do modelo anterior e buscava o sentido das ações no campo das experiências, recusando a ideia de sujeito único (o movimento, o partido, etc.), que negava a premissa que estabelecia por antecipação a homogeneidade da classe, e que pregava a descrença na eficácia de ideologias externas, trazendo à tona a pluralidade de sujeitos. Negligenciando os aportes institucionais, os movimentos foram saudados como novos sujeitos políticos, com uma nova identidade sociocultural, construindo um projeto político para a transformação social e radical renovação da vida política;
- O enfoque institucional, que contrariando as premissas anteriores, defendia que as ações não eram tão anti-Estado ou contra o Estado, na verdade o que havia era um dinâmico quadro de demandas, recusas, alianças, pactos e conflitos internos, onde o Estado poderia ser amigo ou inimigo, dependendo dos interesses e da ótica cultural.

Os movimentos populares de reivindicação urbana, que começaram a se expandir na década de 1970, nos anos 1980 ganharam nova roupagem e se expandiram, mostrando grande vitalidade. Essa situação pode ser representada pela expansão da literatura produzida por eles, pelo grande aumento de Organizações Não Governamentais (ONGs) que os assessoravam, pela extensão e vitalidade da rede que os unia, e pela ampliação dos órgãos colegiados com participação popular nas administrações públicas. Esses movimentos, na década de 1980, aumentaram sua estrutura e mudaram seu perfil, tornando-se setoriais (saúde, moradia, etc.), porém, mantiveram-se interligados numa rede solidária, sustentada por alguma igreja ou pelas ONGs. Através de pródigos movimentos civis, os segmentos da sociedade marcaram seu espaço e se fizeram presentes nesse período, apesar da criação de canais institucionais destinados a cooptar a vontade civil (CARDOSO, 1995).

Também na segunda metade da década de 1970 entraram em cena os movimentos dos atingidos pelas barragens, dos sem-terra, dos boias-frias, mediados especialmente pela CPT, bem como os “novos movimentos sociais”, organizados a partir das lutas identitárias feministas, ecologistas, pacifistas, étnicas, etc. Simultaneamente às lutas identitárias agregaram-se na política e na sociedade. Destacam-se o feminismo, com suas lutas contra o

patriarcalismo e o autoritarismo de Estado; o movimento de direitos humanos, com atuações contra a violação dos direitos humanos e civis, contra a tortura e pela anistia; o nascente movimento negro contemporâneo, desenvolvendo uma consciência ou identidade negra e buscando evidenciar a existência de racismo na sociedade brasileira pela denúncia ao mito da democracia racial (ALBERTI ; PEREIRA, 2006).

O fim desse período fecha-se com as mobilizações pela Lei de Anistia, assinada em 1979, possibilitando o retorno de exilados políticos, muitos dos quais vieram a fortalecer importantes ONGs que lutavam pelos direitos de cidadania, e outros aderiram a novas opções partidárias (WARREN, 2008).

A partir de 1990, ocorreu o surgimento de outras formas de organização popular, mais institucionalizadas - como a constituição de Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana; Fórum Nacional de Participação Popular etc. Os fóruns estabeleceram a prática de encontros nacionais em larga escala gerando grandes diagnósticos dos problemas sociais, assim como definindo metas e objetivos estratégicos para combatê-los. Emergiram várias iniciativas de parceria entre a sociedade civil organizada e o poder público, impulsionadas por políticas estatais tais como a experiência do Orçamento Participativo, a política de Renda Mínima, bolsa/escola etc. A criação de uma Central dos Movimentos Populares foi outro fato marcante nos anos 90, no plano organizativo; ela estruturou vários movimentos populares em nível nacional tais como a luta pela moradia, assim como buscou fazer uma articulação e criou colaborações entre diferentes tipos de movimentos sociais, populares e não populares (GOHN, 1999).

Ainda nos anos 1990, os conflitos sociais envolvendo lutas diretas deslocaram-se da cidade para o campo com os movimentos dos sem-terra. Dentre os vários grupos organizados que surgiram destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que ganhou atenção até internacional. “Ética na Política” foi um movimento do início dos anos 90 com uma importância histórica porque contribuiu decisivamente para a deposição de um Presidente da República por atos de corrupção. À medida que as políticas neoliberais avançaram foram surgindo outros movimentos sociais como: contra as reformas estatais, a Ação da Cidadania contra a Fome, movimentos de desempregados, ações de aposentados ou pensionistas do sistema previdenciário. As lutas de algumas categorias profissionais emergiram no contexto de crescimento da economia informal. Como exemplo, no setor de transportes apareceram os chamados transportes alternativos (“perueiros”); no sistema de transportes de cargas pesadas nas estradas, os “caminhoneiros”. Algumas dessas ações coletivas surgiram como respostas à crise socioeconômica, atuando mais como grupos de pressão do que como movimentos sociais estruturados. Os atos e manifestações pela paz, contra a violência urbana, também são exemplos desta categoria. Se antes a paz era um contraponto à guerra, hoje ela é almejada como necessidade a todo cidadão/cidadã, em seu cotidiano, principalmente nas ruas, enquanto motoristas vítimas de assaltos relâmpagos, sequestro e mortes (GOHN, 1999).

Nesse contexto, uma das premissas básicas a respeito dos movimentos sociais: são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. Entretanto, não se trata de um processo isolado, mas de caráter político-social. Por isso, para analisar esses saberes, deve-se buscar as redes de articulações que os

movimentos estabelecem na prática cotidiana e indagar sobre a conjuntura política, econômica e sociocultural do país quando as articulações acontecem. Essas redes são essenciais para compreender os fatores que geram as aprendizagens e os valores da cultura política que vão sendo construídos no processo interativo (GOHN, 2011).

Com isso, a despeito de incessante inovação e variação em pequena escala de um contexto político para outro, os elementos do movimento social desenvolveram-se e difundiram-se conectados como um todo. Nesse sentido, o movimento social tem uma história. A história do movimento social o distingue da história de outras formas políticas, como campanhas eleitorais, celebrações patrióticas, demonstrações de força militar, investidas de autoridades públicas e luto coletivo (TILLY, 2010).

Agricultura familiar e a extensão rural

O termo agricultura familiar propõe várias nuances de sentido em sua definição. Segundo Altafin (2005), a agricultura familiar brasileira é um conceito em evolução, com significativas raízes históricas e ligadas à produção camponesa tradicional. Segundo a autora as transformações vividas pelo agricultor familiar moderno não representam ruptura definitiva com as formas de produção anteriores, mas, pelo contrário, mantém uma tradição camponesa que fortalece sua capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade. Para Guerra et al. (2007), a agricultura familiar não é uma categoria social recente nem uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, dada sua utilização, significado e abrangência, assume ares de novidade e renovação nos últimos anos no Brasil, até pelas mudanças que o vem ocorrendo no país, tanto na área macroeconômica (estabilidade dos preços, aumento dos investimentos) como no contexto político (criação do MDA, fortalecimento dos movimentos sociais).

Nos anos 1970 e 1980, as transformações que estavam ocorrendo na agricultura brasileira eram analisadas como similares àquelas ocorridas nos países capitalistas avançados, tanto em seus aspectos positivos como nos negativos. Nos anos 1970, sustentava-se que a chamada “questão agrícola” havia sido superada pelo processo de modernização baseado na mecanização e na utilização de variedades selecionadas de sementes e de insumos químicos (BUAINAIN ; ROMEIRO ; GUANZIROLI, 2003).

Nos anos 1980, sustentava-se que este processo de modernização aprofundara a integração da agricultura com os capitais industriais, comerciais e financeiros que a envolvem, formando o que foi chamado de “complexos agroindustriais”. Dentro deste quadro analítico, a reforma agrária é vista como anacrônica, desnecessária e insustentável (BUAINAIN ; ROMEIRO ; GUANZIROLI, 2003).

Até a década de 1990, a forma de tratamento para com os agricultores no Brasil era a mesma. Médios e grandes produtores sempre tiveram acesso ao crédito rural, sinônimo de política agrícola no País, que se mostrou, até então, seletivo e concentrador de renda. Os pequenos agricultores sempre ficaram à margem das políticas públicas. Esse fato começou a mudar com a criação do Pronaf em 1995 (PERACI ; BITTENCOURT, 2010). Outro ponto, destacado por Schneider (2003), que merece destaque, pois elucida a formulação de políticas públicas para o setor, é a ativa articulação e os movimentos sociais liderados pela

Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (Contag), que congrega os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, principalmente com o evento Grito da Terra.

Entre os principais trabalhos que introduziram o conceito de agricultura familiar no Brasil, de acordo com Guanzioli ; Cardim (2000), destacam-se os estudos encomendados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário ao Projeto de Cooperação Técnica Incra/FAO. No estudo apresentado, chamado de Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil Redescoberto, mostrou ao País uma realidade distinta sobre a importância e a contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento do Brasil. cujo objetivo era buscar a compreensão da lógica e dinâmica das unidades familiares e dos assentados, bem como dos sistemas de produção por eles adotados nas diversas regiões do País.

Até este momento, a “pequena produção” era principalmente vista como um conjunto de unidades de subsistência que comercializavam excedentes nos mercados locais. Alguns autores destacavam a pequena produção e a unidade familiar como “depósito e reserva de mão de obra” que, com baixo custo de oportunidade, inseria-se no mercado de trabalho rural como trabalhador temporário, conhecido como boia-fria. O estudo atualizava a fotografia da agricultura brasileira em geral e focava e destacava a categoria da agricultura familiar que, até então, não tinha sido utilizada de forma abrangente no País. Em segundo lugar, o trabalho revelou uma agricultura familiar muito mais robusta e relevante do ponto de vista econômico e social do que aquela que era apresentada pela visão dominante da “pequena produção de subsistência” (GUANZIROLI ; BUAINAIN ; DI SABBATO, 2012).

A agricultura familiar consiste na produção agrícola e pecuária realizada por pequenos produtores, empregando mão de obra familiar. Em termos gerais, a agricultura familiar caracteriza-se pelas pequenas propriedades, pelo fato de ser a família a dona dos meios de produção e da terra, com pouca tecnologia empregada e voltada em sua maior parte para a subsistência, produção de alimentos e bens de consumo, fixando o homem no campo. Entretanto, é necessário destacar que a produção familiar, além de evitar o êxodo rural e ser também fonte de recursos para as famílias com menor renda, contribui expressivamente para a geração de riqueza, considerando não só a economia do setor agropecuário, mas do próprio país (GUILHOTO et al., 2007).

Trata-se de uma das expressões mais importantes em termos de produção de alimentos no Brasil, já que a maioria dos alimentos consumidos diariamente é produzida pela agricultura familiar, além de ser um dos setores que mais empregam trabalhadores. Também representa uma ação de desenvolvimento regional, colaborando com o meio ambiente num equilíbrio entre o homem e a natureza (CASTRO NETO et al., 2010).

Segundo Salcedo ; Guzmán (2014), embora a sua definição seja complexa, existe uma ampla concordância acerca de sua importância em relação a temas centrais no processo de desenvolvimento dos países, como: segurança alimentar, geração de emprego agrícola, redução da pobreza, conservação da biodiversidade e tradições culturais. De acordo com os autores citados, as unidades agrícolas familiares totalizam 16.596.837 de estabelecimentos na América Latina e Caribe, e sua participação percentual no número total de unidades de produção foi superior a 80%. Daí

a sua importância no desenvolvimento social, econômico e ambiental do país.

Por expressar uma importância produtiva e social da agricultura familiar para o Brasil, Depontil ; Schneider (2013) afirmaram que a compreensão de que o desenvolvimento socioeconômico é provocado pelos avanços técnico-científicos, assegurando o crescimento e o progresso, favoreceu a redução da ideia de desenvolvimento à de modernização. Durante muito tempo, as teorias do desenvolvimento agrícola consideravam que a extensão rural seria o instrumento por excelência de substituição de fatores atrasados e tradicionais por modernas tecnologias.

Portanto, conforme Lusa (2013) que a discussão sobre a extensão rural vem à tona a partir do séc. XX, muito embora, o surgimento desse termo tenha ocorrido ainda na segunda metade do séc. XIX, sendo proveniente do modelo de extensão praticado pelas universidades inglesas.

As discussões que tornaram a extensão rural - especialmente a partir do séc. XX - um objeto de análise de fato, colaboraram muito para situá-la na prática, ou seja, para orientar sua execução, evidenciando inclusive seus limites. Segundo Peixoto (2008), a extensão rural poderia ser compreendida de três diferentes formas: como processo, instituição e política.

No plano das políticas públicas a Extensão Rural Brasileira, a partir da PNATER 2004, reestrutura-se institucionalmente e pauta-se por novas diretrizes, que a orientam exclusivamente para agricultores familiares em todos os seus segmentos, utilizando-se de metodologias participativas e de tecnologias de base ecológica, visando o desenvolvimento sustentável.

Cooperativismo brasileiro

Desde os tempos mais antigos, os organismos sociais mais primitivas já se organizavam em grupo com espírito de cooperação e solidariedade visando a luta pela sobrevivência (ARANTES ; SILVA, 2013). Como por exemplo, povos que se organizavam em cooperação como os romanos, babilônios, germânicos, astecas, maias e incas. Através de suas histórias o homem busca em grupos a cooperação e ajuda mútua (KREUTZ, 2004). Ou seja, o cooperativismo está presente em quase todos os países do mundo e representa importância econômica, social e política (SILVA et. al, 2014).

No Brasil, o movimento cooperativista teve seu ponto de partida com Missões Jesuítas a partir do século XVII. Por mais de 150 anos, esse modelo foi exemplo de sociedade solidária, com base no trabalho coletivo, onde o bem-estar do indivíduo e da família era mais importante do que o interesse econômico da produção. Essa ação foi movida pelos padres jesuítas que catequizaram os indígenas brasileiros (COOPESP, 2012).

Entretanto, os primeiros movimentos cooperativistas no Brasil vieram a ter início no ano de 1847 quando o francês Jean Maurice Faivre, veio a fundar com um grupo de europeus, nos sertões do Paraná, a colônia Teresa Cristina, organizada em bases cooperativas. Essa organização, apesar de sua breve existência, contribuiu para a memória coletiva como elemento formador do florescente cooperativismo brasileiro (SANTOS, 1998). Esta organização amalgamou os princípios do incipiente cooperativismo brasileiro, servindo de referencial aos novos empreendimentos coletivos. Após isso, imigrantes alemães e italianos, tinham conceitos trazidos

na origem de seu país vindo a difundir de maneira mais eficiente estes conceitos, mais especificamente na região sul do país. Ali de maneira social e comum tentavam resolver problemas de consumo, produção, crédito de insumos e educação (ARANTES ; SILVA, 2013).

Conforme Figueiredo (2009), o primeiro registro de uma cooperativa brasileira é de 1889, uma cooperativa de consumo em Minas Gerais, nominada Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. Em 1891, surge a Associação Cooperativista dos Empregados da Companhia Telefônica de Limeira/ SP. No Rio de Janeiro surgiu a Cooperativa Militar de Consumo no ano de 1894. Em 1895, foi constituída a Cooperativa de Consumo de Camaragibe, em Pernambuco. Em 1913, surgiu a Cooperativa dos Empregados e Operários da Fábrica de Tecidos da Gávea e a Cooperativa de Consumo Operária do Arsenal de Guerra, no Rio de Janeiro. No mesmo ano, em Santa Maria/RS, foi fundada a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea (COOPESP, 2012). Até então, as primeiras cooperativas no Brasil foram de consumo.

Em 1907, em Minas Gerais surgem as primeiras cooperativas agropecuárias. O governador do estado, João Pinheiro, lançou seu projeto cooperativista com o objetivo de eliminar os intermediários da produção agrícola, sendo o café sua principal preocupação, criou uma seção para isenção fiscal e estímulo material para o produto. Essas cooperativas dividem-se conforme os tipos dos produtos com os quais trabalham. A maioria tem mais de uma seção: a de compras em comum (para compra de insumos, adubos, sementes, instrumentos, etc.) e a de vendas em comum (venda dos produtos dos cooperados) (COOPESP, 2012).

Com base nesse contexto histórico e na luta oscilante do cooperativismo brasileiro, uma cooperativa é definida como uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida. Nessas organizações, cada associado possui o direito a um único voto, contrastando com as sociedades de capital, em que o voto depende do volume de capital de cada investidor. As cooperativas não têm uma existência autônoma e independente de seus membros, do ponto de vista econômico, como ocorre nas sociedades de capital (BIALOSKORSKI NETO, 1998).

Para tanto, no Brasil, bem como em outros países, existe uma legislação específica para o cooperativismo. No caso brasileiro, o cooperativismo é regido pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Dentre as características desse tipo de organização, podem ser destacadas: a adesão voluntária, a variabilidade do capital social representado pelas cotas-partes, a impossibilidade de comercialização dessas cotas-partes, a singularidade de voto e o retorno das sobras líquidas do exercício (BRASIL, 1971). A participação nos resultados, nessas organizações, ocorre por meio da distribuição proporcional das sobras, conforme a operação de cada cooperado com sua cooperativa (*pro rata*), ao contrário do que acontece em uma firma de capital, em que é proporcional à integralização de capital. A cooperativa tem como órgão máximo de gestão a assembleia geral (PIVOTO et al., 2014).

Para isso, a adoção das práticas cooperativistas (princípios cooperativistas) levam as cooperativas a se diferenciarem das empresas tradicionais. Segundo Etgeto et

al. (2005), “nas cooperativas todos são, ao mesmo tempo, sócios, fornecedores, clientes e, às vezes, empregados, e isto, independente da modalidade de cooperativa (...).” Enquanto que em uma empresa tradicional o poder está determinado pelo capital por meio do número de ações de cada um dos sócios, nas cooperativas a cada sócio corresponde um voto, independentemente do capital por ele aportado à empresa.

Com o crescimento do sistema cooperativista é possível considerá-lo como uma ferramenta de suma importância para o aumento da economia do país, por meio de princípios que constituem uma linha de orientação que rege o sistema e formam uma base sólida através de sua filosofia e doutrina, e é por meio dela que os cooperados levam seus valores a prática. Com a tendência da terceirização na indústria, aumenta o setor de serviços e o mercado informal, o que possibilita um grande número de trabalhadores autônomos. Através deste processo de mudanças os trabalhadores descobriram outras formas de trabalho, como o sistema cooperativista (OLIVEIRA et al., 2014).

Inclusive, Benson (2014) comenta da importância da Cooperativa para os pequenos agricultores, pois os mesmos estariam em desvantagem no mercado no momento de negociar seus produtos. Carneiro (1997) relata que há décadas relegada a segundo plano pelo Estado, a agricultura familiar e a sua base fundiária –a pequena propriedade– têm sobrevivido em meio à competição de condições e recursos orientados para favorecer a grande produção e a grande propriedade, setores privilegiados no processo de modernização da agricultura brasileira. E, Silva ; Campanhola (2000), disseram que com a globalização, as disparidades hoje existentes, sejam em termos regionais, sejam em relação à agricultura familiar, tendem a se acentuar ainda mais.

Nesse sentido, as cooperativas são para a agricultura familiar um fonte alternativa que apresenta benefícios potenciais, como: o acesso a novas tecnologias, crédito, oportunidade de ingresso em mercados mais competitivos, vantagens fiscais, dentre outros (ANDRADE ; ALVES, 2013). Além de que, Pires (2010) identifica as cooperativas como uma alternativa capaz de organizar a atividade produtiva, potencializando as vantagens da agricultura familiar e revitalizando os territórios.

Há autores que apresentam a cooperação como uma ferramenta de luta política e social, na medida em que contribui para a sobrevivência econômica e amplia a competitividade dos produtos no mercado. A cooperação contribui para melhorar as condições de vida, ao ampliar a possibilidade de acesso aos bens de uso coletivo (moradia, infraestrutura, educação, transporte, saúde, lazer, etc.); eleva a capacidade das famílias de permanecerem na terra e possibilita o desenvolvimento da consciência social (SCOPINHO ; MARTINS, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme a literatura, as cooperativas são uma forma ideal de organização das atividades socioeconômicas da humanidade. Juntas e cooperando, as pessoas trabalham coletivamente, rumo a um mesmo propósito para alcançarem satisfação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, V.; PEREIRA, A. A.; A defesa das cotas como estratégia política do movimento negro contemporâneo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 37, p. 143-166, jan./jun. 2006.
- ALTAFIN, I.; **Reflexões sobre o Conceito de Agricultura Familiar**. Brasília, 2005. Disponível em < <http://www.redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultura-familiar/ CONCEITO % 20 DE % 20 AGRICULTURA%20FAM.pdf>> Acesso: 15 fev. 2016.
- AMARANTE, P.; DIAZ, F. S.; Os movimentos sociais na reforma psiquiátrica. **Cad. Bras. Saúde Mental**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 83-95, jan./jun. 2012
- ANDRADE, M.C.; ALVES, D. C.; Cooperativismo e Agricultura Familiar: um estudo de caso. **RAIMED - Revista de Administração IMED**, 3(3), 2013, p. 194-208 - ISSN 2237 7956.
- ARANTES, E. C.; SILVA, E.R. da; Evolução de uma cooperativa agropecuária em Assentamento de Reforma Agrária no Estado de Roraima. **RARR**; Ed. 3, Vol 1, 117 – 132, 1º Sem – Boa Vista, 2013.
- BENSON, T.; Building good management practices in Ethiopian agricultural cooperatives through regular financial audits. **Journal of Co-operative Organization and Management**, v. 2, n. 2, p. 72-82, December 2014.
- BIALOSKORSKI NETO, S.; **Cooperativas: economia, crescimento e estrutura de capital**. 1998. 254f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) — Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1998.
- BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Diário Oficial da União, Brasília, D. F., 16 dez. 1971.
- BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C.; Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 312-347.
- CARDOSO, R. C. L.; Mudança sociocultural e participação política nos anos 80. In: SOLA, Lourdes; PAULANI, Leda M. (orgs.). Lições da década de 80. São Paulo: Edusp; Genebra: UNRISD, 1995. p. 193-200.
- CARNEIRO, M. J. (1997). Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, 8, 70-82.
- CASTRO NETO, N.; DENUZI, V. S. S., RINALDI; R.N.; STADUTO, J. A. R.; Produção orgânica: uma potencialidade estratégica para a agricultura familiar; **Revista Percorso – NEMO**, Maringá, v. 2, n.2, p.73 - 95, 2010.
- COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO (COOPESP). **História do Cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.coopesp.org.br/cooperativismo>>. Acesso em: 14 dez. 2015.
- DAMASCENO, N. P.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. S.; O Impacto do Pronaf sobre a Sustentabilidade da Agricultura Familiar, Geração de Emprego e Renda no Estado do Ceará. **ESR**, Piracicaba, SP, vol. 49, nº 01, p. 129-156, jan/mar 2011 – Impressa em maio 2011.
- DEPONTI, C. M; SCHNEIDER, S.; A Extensão Rural e a Diversificação Produtiva da Agricultura Familiar em Áreas de Cultivo de Tabaco no Rio Grande do Sul: o

- caso de Dom Feliciano-RS. **Revista IDEAS**, v. 7, n.2, p. 176-213, 2013.
- DOIMO, A. M.; **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.
- ETGETO, A.A., SILVA, C.G. B., VICENTE, F.C., GIROTTO, M.W., MIRANDA, I.T.P. Os Princípios do cooperativismo e as cooperativas de crédito no Brasil. Maringá Management: **Revista de Ciências Empresariais**, v. 2, n.1, p. 7-19, jan./jun. 2005.
- FIGUEIREDO, N. T. C. de.; **Cooperativas Sociais: Alternativa para Inserção**. Porto Alegre: Evangraf, 2009.
- GOHN, M. G.; **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo, 1999. Cortez.
- GOHN; M. DA G. Movimentos sociais na contemporaneidade. Universidade Estadual de Campinas Universidade Nove de Julho. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.
- GUANZIROLI, C. E.; BUAINAIN, A. M.; DI SABBATO, A.; Dez Anos de Evolução da Agricultura Familiar no Brasil: (1996 e 2006), **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 50, Nº 2, p. 351-370, Abr/Jun 2012 – Impressa em Maio de 2012.
- GUANZIROLI, C. H.; CARDIM, S. E. de C. S. (Coord.). **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília, DF: Inbra, 2000.
- GUERRA, A. J. T.; GUERRA, A. T.; **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- GUILHOTO, J. J. M.; ICHIHARA, S. M.; SILVEIRA, F. G.; DINIZ, B. P. C.; AZZONI, C. R.; MOREIRA, G. R. C., A Importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados (2007). **V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, 2007.
- KREUTZ, I T. **Cooperativismo passo a passo**. 7.ed.Goiânia:[s.n], 2004.
- LUSA, M. G.; Política nacional de assistência técnica e extensão rural e serviço social: o campo como desafio. **Cadernos CERU**, série 2, v. 24, n. 1, junho de 2013.
- OLIVEIRA, A. C. de S. de; SILVA, L. A. P. da; da SILVA, A. da; A importância das cooperativas e seu papel na sociedade. **Revista Organizações e Sociedade – Multidisciplinar**, Iturama (MG), v.3, jan./dez. 2014.
- PEIXOTO, M.; **Extensão Rural no Brasil: Uma abordagem histórica da legislação**. [Textos para discussão, n.48] Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal – Centro de Estudos, outubro/2008. Disponível em: <
[http://www.senado.gov.br/senado/conleg/textos_discussao/TD48- MarcusPeixoto.pdf](http://www.senado.gov.br/senado/conleg/textos_discussao/TD48-MarcusPeixoto.pdf)>. Acesso em: 21 mar. 2016.
- PERACI, A. S.; BITTENCOURT, G. A.; Agricultura familiar e os programas de garantia de preços no Brasil: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: SILVA, J. G. da; DEL GROSSI, M. E.; FRANÇA, C. G. de. **Fome Zero: e experiência brasileira**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010. p. 191-222.
- PINHEIRO, P. T.; RIBEIRO JÚNIOR, H. R.; O cooperativismo e sua importância no processo de desinvisibilização social dos catadores de materiais recicláveis. **Revista Derecho y cambio social**. 2015. ISSN: 2224-4131 | Depósito legal: 2005-5822. 18 p.
- PIRES, M. L. L. S. O.; Cooperativismo Agrícola Como Uma Forma de Neutralizar as Desvantagens Competitivas da Agricultura Familiar. Em análise a Coopercaju. In: **XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Caxias do Sul, RS, Brasil, 2010.
- PIVOTO, D.; SPANHOL, C. P.; MORES, G. de V.; ARAÚJO, E. G.; Faria, J. M.; Análise dos perfis financeiro e estrutural das cooperativas agropecuárias do Estado do Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 249-266, jun. 2014.
- SALCEDO, S.; GUZMÁN, L. (Ed.). **Agricultura familiar en América Latina y el Caribe: recomendaciones de política**. Santiago: FAO, 2014. 497 p.
- SANTOS, A. C. L. dos; **Cooperativismo: entre os princípios teóricos e o desenvolvimento viável**, um estudo de caso. 1998. 90 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 1998.
- SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências e Sociologia**, São Paulo, SP, v. 18, n. 51, p. 99-122, fev. 2003.
- SCOPINHO, R. A.; MARTINS, F. G.; Desenvolvimento organizacional e interpessoal em cooperativas de produção agropecuária: reflexão sobre o método. **Psicologia & Sociedade**, 15(2), 124-143. 2003.
- SILVA, E. E. da; PEREIRA, A. C. C.; PEREIRA, J. R.; **Roteiro bibliográfico do cooperativismo no Brasil (1966 a 2009)** Cooperativism in Brazil: A bibliographic review from 1996 to 2009. *Economía*, vol. 8, n. 14, enero-junio 2014. by Unisinos - doi: 10.4013/otra.2014.814.06.
- SILVA, J. G. da; CAMPANHOLA, C.; **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Campinas: Empraba/Unicamp, 2000.
- TILLY, C.; Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, pp. 133-160.
- WARREN, I. S.; **Movimentos sociais no Brasil contemporâneo**. História: Debates e tendências – V. 7, n.1, jan/jun. 2007, p. 9-21, publ. no 2º sem. 2008.